

A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS EM DESCARTES EM RELAÇÃO AO PENSAMENTO MEDIEVAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO.

Alexandre Ferreira Margarido¹

Renée Silveira Ferreira²

Resumo

O presente artigo objetiva discutir, refletir e avaliar a importância do estudo acerca da existência de Deus. A pesquisa possui um estudo reflexivo e crítico do paradigma filosófico que busca comprovar a existência de Deus com base na Filosofia Medieval e Moderna. Ampararemos, em tese do período medieval: a primeira parte da Suma Teológica de São Thomas de Aquino. Utilizaremos, ainda, do Período Moderno, do ideário filosófico de René Descartes, compreendido em suas obras: Discurso do Método e Meditações Metafísicas. Nossa tarefa, com base nessa perspectiva supracitada, é buscar o enfoque dos grandes avanços que estes dois pensamentos sofreram ao longo de toda sua construção, correlacionando-os em um ponto em comum: a busca racional pela comprovação sobre a existência de Deus.

Palavras-chave: Existência,. Deus,. Razão .

Abstract

This article aims to discuss, reflect and evaluate the importance of the study of God's existence. The research presents a reflective and critical study of the philosophical paradigm that seeks to prove God's existence based on Medieval and Modern Philosophy. This study is supported, in particular, by a medieval period theory: the first part of the Summa Theologica of Saint Thomas Aquinas.

We also use the philosophical ideas of René Descartes from the Modern Period, found in his works: Discourse on Method and Metaphysical Meditations. Our task, based on that abovementioned perspective, is to emphasize the great advances that these two thoughts suffered throughout its construction, correlating them in a common point: the rational search for the evidence of God's existence.

Keywords: Existence. God. Reason.

² Graduando em Filosofia pela Faculdade Católica de Uberlândia - Aluno bolsista da FAPEMIG - Fundação de Amparo a pesquisa de Minas Gerais. E-mail: alexandrecomrhema@yahoo.com.br.

¹ Professora da Faculdade Católica de Uberlândia -Mestre pelo CEFET-MG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e graduada em Filosofia pela UFMG. E-mail: renee.ferreira@gmail.com.

1. Introdução

O presente artigo pretende fazer um estudo reflexivo e crítico do paradigma filosófico que busca comprovar a existência de Deus com base nas Filosofias Medieval e Moderna. Em específico, no período medieval, nos ampararemos na primeira parte da “Suma Teológica”, de São Thomas de Aquino. Já no Período Moderno, nos ateremos, especificamente, no ideário filosófico de René Descartes, constatado em suas obras “Discurso do Método” e “Meditações Metafísicas”.

Pontualmente, uma das motivações que nos leva a estudar as concepções balizares de nossos filósofos medievais e modernos é exatamente a busca incansável de ambos sobre o estudo do conhecimento que nos comprove a existência de um ser supremo: Deus.

São Thomas reflete com profundidade, precisão e clareza o problema da existência de Deus na primeira parte da Suma. Sua extrema concisão ao tratar deste problema se explica porque, para os seus contemporâneos, a existência de Deus era algo óbvio que não precisava de demonstração.

São Tomás começa observando que a existência de Deus não é algo “evidente” no sentido em que são evidentes os “primeiros princípios”, como afirmaram alguns grandes teólogos anteriores a ele. E a razão disso é que entendemos perfeitamente os primeiros princípios. Nestes, com efeito, explica o filósofo, o predicado está incluído no sujeito. Temos, então, nas suas palavras, uma proposição conhecida por si mesma. Ora, a existência de Deus não é uma tal proposição, porque não conhecemos a Essência de Deus. Se a conhecêssemos, a existência de Deus seria algo evidente, mas tal não é o caso.

Já Descartes, no livro Discurso do Método, em sua quarta parte, demonstra os princípios e objetivos sobre seu método. Os conhecimentos metafísicos permitem estabelecer solidamente os fundamentos do conhecimento futuro. No o início, Descartes vai procurar esclarecer a teoria do seu pensamento: “eu penso, logo existo”, e coloca esta ideia como o princípio da filosofia que procurava.

Entretanto, o ponto fundamental desta parte da obra é provar a existência de Deus e da alma humana e, para isso, ele utilizará os argumentos que seguirão dois caminhos diferentes: No primeiro deles, a ideia de perfeito, sem o qual não teríamos consciência de nossa imperfeição e não duvidaria, só pode vir de um ser perfeito; no segundo caminho seguido pelo santo, vemos que a ideia de Deus compreende de sua existência, pois não pode haver perfeição sem existência, portanto se Deus é um ser perfeito e, para ser perfeito, tem que existir, para tanto, afirma, Deus existe!

2. As Cinco Vias

A existência de Deus é um assunto que antes dos modernos, foi tratado também pelos filósofos medievais. De modo particular, no período da escolástica, que tem como seu maior expoente, São Tomás de Aquino, (1226-1274), que na *suma teológica*, coloca cinco teorias sobre a prova da existência de Deus. Mais tarde poderíamos ver que este pensamento de Aquino, de certo modo, poderia combinar-se com partes do pensamento cartesiano, na filosofia moderna.

Tomás de Aquino divide a existência de Deus em: Primeiro motor, a causa eficiente, ser necessário e ser contingente, os graus, os graus de perfeição e a finalidade do ser. No primeiro motor, diz Tomás: “Tudo aquilo que se move é movido por outro ser. Por sua vez, este outro ser, para que se mova, necessita também, que seja movido por outro ser, assim sucessivamente”. Conclui Tomás de Aquino, para chegar a um primeiro ser movente que não seja movido por nenhum outro. Esse ser é Deus. Para Tomás de Aquino:

Tudo que existe na natureza tem que ser movido por alguma outra coisa. Da mesma forma, essa outra coisa na medida em que está em movimento, deve também ser movida por algo mais. Mas essa cadeia de eventos não pode retroceder para sempre, porque se o fizesse não poderia haver um primeiro motor e, portanto nenhum outro. Pois os segundos motores não podem se mover a não ser que sejam movidos por um primeiro motor, da mesma forma que uma vareta não move nada a não ser que seja movida por uma mão. Dessa forma devemos chegar a um motor primeiro que não seja movido por nada. E todos compreendemos que este é Deus”. (AQUINO, 2001, página 161).

São Tomás afirma que a existência de Deus é demonstrável. Com efeito, diz ele, há dois tipos de demonstração: uma pelas causas e outra pelos efeitos. No primeiro caso, a causa é conhecida e, por meio dela se demonstram os efeitos. São Tomás afirma que se pode demonstrar a existência de Deus por cinco meios, melhor dizendo, pelas cinco vias.

Apresenta este motor imóvel como o ser que move a todos e que não necessita de um primeiro movimento porque ele já o é. O termo movimento não designa apenas o deslocamento de um lugar para outro, mas, em geral, toda passagem da potência ao ato, isto é, de uma modalidade de ser a outra. O que há de essencial no movimento é a passagem, o que faz do movimento uma realidade que participa a um tempo do ato e da potência. O movimento é, então, o sinal e a forma do que se chama em geral o “vir-a-ser”. Toda a questão estará, então, em descobrir o que torna inteligível, quer dizer, o que explica o “vir-a-ser”. Para isto, vai-se recorrer ao princípio, estabelecido na ontologia, segundo o qual “tudo o que se move é movido por outro”, quer dizer que nada passa da potência ao ato a não ser sob a ação de uma causa já em ato,

o que significa, mais resumidamente. Em virtude do princípio precedente, Santo Tomás estabelece que o “movimento exige um primeiro motor” – o que não é mais do que uma aplicação do princípio geral da inteligibilidade do “vir-a-ser”. Contudo, diz ele,

é evidente (e nossos sentidos o atestam) que, no mundo, certas coisas estão em movimento. Ora, tudo o que está em movimento é movido por outro. É impossível que, sob o mesmo aspecto, e do mesmo modo, um ser seja a um tempo movente e movido, quer dizer que se mova a si mesmo e passe por si mesmo da potência ao ato. Logo, se uma coisa está em movimento, deve-se dizer que ela está movida por outra. E isto porque, se a coisa que move por sua vez se move, é necessário, por outro lado, que ela seja movida por uma outra, e esta por uma outra ainda. Ora, não se pode ir assim ao infinito, porque não existiria então motor primeiro, e daí se seguiriam que não existiriam tampouco outros motores, pois os motores intermediários não movem a não ser que sejam movidos pelo primeiro motor. Logo, é necessário chegar a um motor primeiro que não seja movido por nenhum outro. (AQUINO, 2001, P. 145)

O escolástico afirma que a existência de Deus é demonstrável. Com efeito, diz ele, “há dois tipos de demonstração: uma pelas causas e outra pelos efeitos”. No primeiro caso, a causa é conhecida e, por meio dela se demonstram os efeitos. São Tomás afirma que se pode demonstrar a existência de Deus por cinco meios, melhor dizendo, pelas cinco vias, explicitadas a seguir:

A primeira via, que é a mais evidente para nós, segundo São Tomás, se concretiza a partir da mudança. O mundo muda continuamente. Ora, se alguma coisa muda, há outro algo que a muda. Interessante ressaltar que a ciência moderna não nega a simples existência do “motor”, esse algo que produz a mudança. O ser vivo, por exemplo, muda-se por si próprio, mas há sempre algo que produz a mudança, distinto daquilo que muda.

“É certo, e está de acordo com nossa experiência, que algo se move no mundo. Tudo o que se move é movido por outra coisa... já que mover não é senão fazer algo passar de potência para ato; ora, mas nada pode passar de potência para ato senão por meio de um ser que já está em ato...” (AQUINO, 2001, P. 149).

Na realidade, o argumento é metafísico. Seria um equívoco identificar no plano biológico, por exemplo, o “motor”, bem como aquilo que muda precisamente, de acordo com a ciência, está identificação nunca seria definitiva, estaria sempre sujeita a modificações de acordo com o progresso científico. O que se afirma é a existência de um “motor” distinto daquilo que é mudado. São Tomás formalmente afirma que o que está em potência (para ser mudado) não pode estar “em ato”, simultaneamente e sob o mesmo aspecto isto violaria o princípio de não contradição. Esta série de “motores” e de mudados não pode ser infinita, efetivamente uma série infinita não tem um primeiro elemento e, portanto, concluiríamos, o processo ficaria ininteligível, posto que indeterminado. Uma hipótese não contemplada por São Tomás, mas que está implícita no seu raciocínio: a série não poderia ser circular e finita, isto é, A mudando B, o qual mudaria C

o qual mudaria A? Observe-se que se A muda B e este muda C, então A muda C através de B e, conseqüentemente, mudar-se-ia a si próprio (através de B, C...), ou seja A estaria em potência e ato, simultaneamente e sob o mesmo aspecto, o que repugna, como visto acima. “Sob o mesmo aspecto” não deve ser entendido fenomenologicamente e sim ontologicamente: a mudança é a passagem da potência ao ato. Se A muda-se a si mesmo, ele está em ato (“motor”) e em potência (para ser mudado) e isto é que constitui a contradição. Logo, São Tomás conclui: então existe um primeiro “motor”, que não é mudado por outro.

A segunda via é parecida com a primeira. Ao invés de usar o conceito de mudança, usa o de causa eficiente. Antes de lidarmos com a segunda via é oportuno fazermos uma distinção entre causa e princípio. A causa é princípio, mas o princípio não é necessariamente causa. O amanhecer é princípio do dia, de tal forma que, primeiro vem a manhã, depois a tarde e depois a noite. Contudo, o amanhecer não é a causa da tarde e nem da noite. Assim, nem todo princípio é uma causa. Por princípio, São Tomás entende o primeiro termo ou a primeira parte de algo, por exemplo, a manhã é a primeira parte do dia. Já por causa o Tomás de Aquino compreende certa dependência de um ente para com o outro. Por exemplo, se o Sol e a revolução da Terra não causarem o dia, não haverá dia. A causa, portanto, exerce um influxo sobre aquilo que causa, que o princípio, puro e simplesmente, não exerce. Verificamos que as coisas têm causas eficientes (que as produzem). E não é possível que algo seja causa e efeito simultaneamente e sob o mesmo aspecto, ou seja, não pode ser causa de si mesmo. Então, temos no mundo uma série de causas, sendo que não se pode proceder ao infinito pelas razões acima. Então tem que existir uma Causa que não seja efeito de outra.

A terceira via é a partir da contingência das coisas: as coisas que encontramos (e nós mesmos) são contingentes, ou seja, existem, mas poderiam não existir: não há necessidade lógica nem ontológica que as coisas existam ou não, sejam assim, ou não. Mas, se tudo é contingente, em algum momento nada existiu e a partir do nada, nada pode ser feito. Conseqüentemente, na natureza tem que haver seres necessários. Mas o que é necessário ou tem a razão da necessidade em si mesmo ou em outrem. Se em outrem, não se pode proceder ao infinito, nem cabe a circularidade pelas razões acima. Então existe um ser necessário que tem a razão da necessidade em si mesmo. A afirmação acima “se tudo é contingente, em algum momento nada existiu” é um argumento metafísico e não fenomenológico: o que é contingente não tem a razão do seu ser em si mesmo e, se nada tem razão de ser em si mesmo, concluiríamos que nada existiria.

A quarta via tem um sabor platônico. Observamos que as coisas ocorrem em graus diversos: mais ou menos belo, bom e assim sucessivamente. Todavia, o relativo (mais ou menos) não existe sem um Absoluto em Bondade, em Beleza, etc. Tanto nesta via como na anterior, pode-se raciocinar usando o Princípio de Razão suficiente: o que é relativo não tem razão suficiente de si em si mesmo e isto implica a existência de um Absoluto. Poderíamos focalizar a bondade para entendermos melhor esta via. Encontramos pessoas boníssimas no mundo; considere-se, por exemplo, uma mãe bondosa (que são a maioria). Como não nos encantamos com isso? Como se pode conceber que a bondade de uma pessoa não seja o reflexo de uma Bondade Absoluta?

A Quinta via postula que existe ordem no universo: verificamos que os seres que não têm inteligência, operam com certa finalidade. Existe, portanto, um Ser inteligente que dispôs / dispõe as coisas, cada qual perseguindo sua finalidade. A quinta via parece ser a menos metafísica de todas. E é a mais facilmente inteligível, podemos compará-la com um ditado popular “se há um relógio, há um relojoeiro”.

Uma terceira observação, bem menos óbvia, é que, ao que parece, São Tomás não colocou o problema da unicidade do Ser em cada uma das vias. Ele é único? Não poderia haver linhas “paralelas” e independentes de mudanças que nos levariam a mais de um Primeiro “Motor”? (A pergunta pode ser enfatizada tendo em vista a possibilidade, aventada pela ciência moderna, de vários universos paralelos). Ou, por exemplo, não poderia haver uma Causa Eficiente primeira para o Universo visível e outra para os seres espirituais? (Anjos)? E da mesma forma se poderia raciocinar a respeito das outras vias? Quer nos parecer que a única via que responde afirmativamente à questão da unicidade é a quarta: com efeito, se existem seres parcialmente perfeitos, então existe um Ser sumamente perfeito, recordando que a existência (o ato de existir) é a perfeição das perfeições. Ora, um Ser sumamente perfeito só pode ser único, pois se houvesse outros, Ele não teria a perfeição das perfeições dos outros, ou seja, suas existências. Dessa forma, não seria sumamente perfeito, não seria o Ser, Ato puro na ordem da existência. Claro está que deve existir um ser inteligente que ordena todos os corpos naturais para o seu fim. Ora, é a este ser inteligente, que governa e ordena todos esses seres naturais do universo, que damos o nome de Deus.

Uma quarta observação é sobre a aparente semelhança entre a quarta via e o famoso “argumento ontológico”, de Santo Anselmo, retomado por outros, inclusive Descartes, ao longo da história de filosofia, mas rejeitado por São Tomás. Ele é enunciado de diversos modos, mas

seria equivalente à ideia que temos de Deus que é a de um ser perfeito. A perfeição inclui a existência; portanto “Deus existe”. Para São Tomás, a existência é a perfeição das perfeições, ou seja, não faz sentido dizer que “a perfeição inclui a existência”. Na quarta via, parte-se da existência de perfeições em maior ou menor grau para daí se afirmar a existência de um Ser perfeitíssimo, o Existente por excelência, o único que tem a razão da sua existência em si mesmo. Objeção mais fundamental contra o “argumento ontológico” é que ele parece capengar na lógica, com a ressalva feita acima sobre suas várias formulações. A conclusão deveria ser: “portanto a ideia que temos de Deus é que Ele existe”; mas isto não implica que Ele de fato exista.

3. As Três provas cartesianas sobre a existência de Deus

As provas de Descartes na busca da comprovação da existência de “Deus”. Muitas vezes, hoje se duvida da existência de Deus. E não era diferente no período moderno, pois o homem buscava certeza absoluta para sua própria existência. A comprovação sobre a existência de Deus em particular era importante para o projeto filosófico de Descartes porque é uma das duas teses metafísicas que lhe fornecem o fundamento absolutamente certo para o conhecimento e que também sustenta o resto de sua árvore filosófica. Descartes, pela aplicação da dúvida metódica, assumiu a existência do cogito, isto é, da sua existência como ser pensante. Contudo, levantava-se a questão de existência do mundo que o rodeava. A negação do valor dos sentidos como meio de acesso ao conhecimento verdadeiro colocava-o, de fato, perante a situação de ter que duvidar da existência da árvore que estava naquele momento a ver. Descartes usara a dúvida como caminho para encontrar fundamento sólido e inabalável na busca da verdade. Em sua obra *Meditações Metafísicas* (1641), fundamenta melhor as provas da existência de Deus de maneira sistemática.

Descartes, para encontrar Deus, não parte do mundo, mas de si mesmo. Primeiro, no esquema causal: relações causa e efeito, amparando-se nas categorias platônicas de perfeição e imperfeição. Deus é a causa de toda a perfeição. A ideia de Deus é inata no homem. Depois por meio do argumento ontológico vai dar ideia a existência. Para determinar a existência de Deus é preciso saber antes o que é Deus, a essência divina. Conhecemos de maneira clara e distinta que Deus é o ser mais perfeito e que de sua perfeição também faz parte de sua existência. O filósofo ensina que para conhecer o que é Deus, não se precisa raciocinar, pois, para ele, é inata a ideia, é uma intuição racional.

Descartes parte em busca da essência primeiramente, para logo após tratar da existência de Deus. Para conhecer o que é Deus, todavia, não precisamos de um discurso racional, pois dele temos ideia clara e distinta em nós. Na terceira das Meditações, tal fator é melhor explicitado:

“É certamente não se deve achar estranho que Deus, ao me criar, haja posto em mim esta ideia para ser como que a marca do operário impressa em sua obra: e não é tampouco necessário que essa marca seja algo diferente da própria obra. Mas pelo simples fato de Deus me ter criado, é bastante crível que ele, de algum modo, me tenha produzido à sua imagem e semelhança e que eu conceba essa semelhança (na qual a ideia de Deus se acha contida) por meio da mesma faculdade pela qual me concebo a mim próprio(...) Esse mesmo Deus, digo eu, do qual existe uma ideia em mim, isto é, que possui todas essas altas perfeições de que nosso espírito pode possuir alguma ideia, sem, no entanto, compreendê-las a todas, que não é sujeito a carência alguma e que nada tem de todas as coisas que assinalam alguma imperfeição”. (DESCARTES, 1973, p.67).

As provas cartesianas da existência de Deus são, a rigor, três:

A primeira prova tem como ponto de partida a ideia de Deus (Aspecto existencial). Ela parte pela simples consideração da ideia de ser perfeito:

“Dado que, no nosso conceito de Deus, está contida a existência, é corretamente que se conclui que Deus existe. Considerando, portanto, entre as diversas ideias que uma é a do ente sumamente inteligente, sumamente potente e sumamente perfeito, a qual é, de longe, a principal de todas, reconhecemos nela a existência, não apenas como possível e contingente, como acontece nas ideias de todas as outras coisas que percebemos distintamente, mas como totalmente necessária e eterna. E, da mesma forma que, por exemplo, percebemos que na ideia de triângulo está necessariamente contido que os seus três ângulos iguais são iguais a dois ângulos retos, assim, pela simples percepção de que a existência necessária e eterna está contida na ideia do ser sumamente perfeito, devemos concluir sem ambiguidade que o ente sumamente perfeito existe.” (DESCARTES, 1973, p. 62-63).

A prova é magistralmente simples. Ela consiste em mostrar que, porque existe em nós a simples ideia de um ser perfeito e infinito, daí resulta que esse ser necessariamente tem que existir. Descartes aceitava que o mundo tivesse sido criado por Deus, aceitava que, se Deus existisse, ele seria garantia e suporte de todas as outras verdades. Mas, como saber se Deus existe ou não? Como provar a sua existência se apenas podia ter a certeza da existência do cogito? Descartes emprega um argumento ontológico para demonstrar a existência de Deus. Este tipo de argumento não era considerado legítimo mesmo por filósofos cristãos como Tomás de Aquino, que acreditava que a essência de Deus não era autoevidente para os seres humanos. Descartes afirma, no argumento ontológico, que a ideia de um ser perfeito ressalta-lhe á mente e diz:

“E a mente prontamente julga do que percebe nessa ideia que Deus, por ser perfeito supremo, é ou existe. Pois, embora tenha ideias distintas de muitas outras coisas, não observa nelas nada que garanta a existência de seu objeto” (DESCARTES, 1973, 62).

A questão aqui é que a mente observa na ideia de Deus algo que garante a existência dele, mas o mesmo não ocorre no caso de ideias de outras coisas. Assim o que a mente observa é que a ideia de Deus contém a ideia da existência eterna ou necessária, em contraste com a existência possível observada em todas as outras ideias distintas que não a de Deus. Dizer que algo existe de forma contingente é dizer que os atributos contidos na sua ideia não implicam uma contradição, de modo que Deus poderia trazê-lo a existência se assim decidisse. Por exemplo, a existência está contida na ideia de um unicórnio na medida em que Deus poderia fazer tal criatura se o quisesse. Mas, como o unicórnio não existe, sua existência é meramente possível. Dá-se o mesmo com as criaturas que efetivamente existem. Por exemplo, a existência possível está contida na ideia de um leão não porque ele poderia existir e não existe, mas porque é possível os leões não existirem. Mas, enquanto a existência possível implica que algo poderia existir ou não, a existência eterna exclui a possibilidade da não existência. Desse modo, é impossível um ser necessariamente existente não existir. Este é o caso da ideia de Deus, segue-se que Deus não pode não existir. Descartes utiliza-se do exemplo do triângulo:

Ora, com base na sua percepção de que, por exemplo, está necessariamente contido na ideia de um triângulo que seus três ângulos devem equivaler a dois ângulos retos, a mente fica bem convencida de que um triângulo de fato tem três ângulos que equivalem a dois ângulos retos. (DESCARTES, 1972, p.72)..

Essa dedução é do mesmo tipo da que se faz sobre Deus. Em ambos os casos, a mente pode deduzir algo sobre a natureza do objeto examinado. A conclusão de que os três ângulos retos, isto é, somam 180 graus, deriva de certos atributos que constituem a natureza de um triângulo. Da mesma maneira, a conclusão de que Deus necessariamente existe deriva da constituição de sua natureza como ser perfeito. Na verdade, essa linha de raciocínio de Descartes tem suas fontes na geometria.

Em outro momento, percebemos que a segunda demonstração parte do eu pensante que tem a ideia de Deus e conclui que o ser que tem a ideia de Deus e, não é Deus, tem que ser causado por Deus. Descartes conclui que Deus existe pelo fato de a sua ideia existir em nós. Uma das passagens onde ele exprime melhor esta ideia é:

Assim, dado que temos em nós a ideia de Deus ou do ser supremo, com razão podemos examinar a causa por que a temos; e encontraremos nela tanta imensidade que por isso nos certificamos absolutamente de que ela só pode ter sido posta em nós por um ser em que exista efetivamente a plenitude de todas as perfeições, ou seja, por um Deus realmente existente. Com efeito, pela luz natural é evidente não só que do nada nada se faz, mas também que não se produz o que é mais perfeito pelo que é menos perfeito, como causa eficiente e total; e, ainda, que não pode haver em nós a ideia ou imagem de alguma coisa da qual não exista algures, seja em nós, seja fora de nós, algum arquétipo que contenha a coisa e todas as suas perfeições. E porque de modo nenhum

encontramos em nós aquelas supremas perfeições cuja ideia possuímos, disso concluímos correctamente que elas existem, ou certamente existiram alguma vez, em algum ser diferente de nós, a saber, em Deus; do que se segue com total evidência que elas ainda existem.

(DESCARTES, 1983, p. 64).

A prova consiste, agora, em mostrar que, porque possuímos a ideia de Deus como ser perfeitíssimo, somos levados a concluirmos que esse ser efetivamente existe como causa da nossa ideia da sua perfeição. De fato, como poderíamos ter a ideia de perfeição, se somos seres imperfeitos? Como poderia o menos perfeito ser causa do mais perfeito? Deste modo, conclui, já que nenhum homem possui tais perfeições, deve existir algum ser perfeito que é a causa dessa nossa ideia de perfeição. Esse ser é Deus. O ponto central desta questão é que apenas uma substância infinita formalmente existente pode ser a causa da criação e existência continuada da própria ideia de Deus e da substância finita pensante que tal modo mental requer para existir. Descartes tenta explicar como Deus produziu a ideia no homem. Não pode ser uma ideia adventícia, porque o homem não chegou a ela inesperadamente, nem pode ser uma ideia fabricada, pois nada pode acrescentar a ela e nem dela subtrair. A única opção que resta, portanto, é que a ideia de Deus é inata.

O autor postula que a ideia de Deus é clara e distinta, ela é a mais clara e a mais distinta de todas as ideias. E Descartes (*5-a Meditação Metafísica*) se insiste que Deus só pode ser concebido como existente. Vê-se clara e distintamente que em Deus a existência é inseparável de sua essência. Quase como a montanha, que não se pode conceber sem o vale, não se consegue separar a ideia de Deus, da sua existência. Logo, tendo nós a ideia de Deus como clara e distinta, conhecemos a sua existência. Eis o texto original:

Se podendo eu tirar do meu pensamento a ideia de uma coisa, segue-se consequentemente que tudo quanto reconheço clara e nitidamente como devendo pertencer a essa coisa, pertence-lhe efetivamente, não posso deduzir Disso uma prova e um argumento demonstrativo da existência de Deus? É bem certo que acho em mim mesmo a sua ideia, quer dizer, a ideia de um ser sumamente perfeito, como acho a ideia de qualquer forma ou maneira, conhecendo demais, que uma existência atual e eterna pertence a sua natureza, com não menor distinção e clareza que quando conheço que tudo quanto posso demonstrar de um número ou de uma forma pertence realmente à natureza deste número ou dessa forma...

Vejo manifestamente que é tão impossível separar da essência de Deus sua Existência, como da essência de um triângulo retilíneo o que na magnitude dos seus ângulos é igual a duas retas, como da ideia de uma montanha ou vale. De forma que não há menos repugnância em conceber um Deus, isto é, um ser sumamente perfeito mas a quem falte existência, isto é, a quem falte perfeição, que em conceber uma montanha sem vale. Porém ainda quando efetivamente eu não possa conceber Deus sem existência, bem como uma montanha sem vale, mesmo assim pelo fato de eu conceber tal coisa, não se infere que realmente exista montanha alguma no mundo. Do mesmo modo, pois, ainda, que eu conceba a Deus como existente, não se segue por isso que ele exista na

mais pura realidade, pois meu pensamento não põe necessidade alguma às coisas, e, assim como só de mim depende imaginar um cavalo que tenha asas, assim, também poderia eu atribuir existência a Deus, sem que isso fosse necessariamente um motivo para que ele existisse realmente. Mas este caso ainda oculta um sofisma, de aparência de objeção, pois pelo fato de que eu possa conceber uma montanha sem vale, não se infere que exista no mundo montanha e vale, senão e apenas mente que a montanha e o vale, existam ou não, são inseparáveis um do outro, enquanto que não podendo conceber a Deus senão como existente, conclui-se que a existência é inseparável dele e portanto, que existe verdadeiramente.

Não que o meu pensamento possa fazer com que seja assim, nem que imponha necessidade alguma às coisas, pelo contrário, a necessidade que há na coisa em si mesma, quer dizer, a necessidade da existência de Deus é que me determina ter esse pensamento, pois não sou eu livre de conceber a Deus sem existência, isto é, a um ser sumamente perfeito sem perfeição, do mesmo modo que sou livre para poder imaginar um cavalo com asas ou sem elas. (DESCARTES, 1973, p. 78).

O caminho trilhado por Descartes vai do Cogito a Deus, verdade objetiva. “Pelo fato de eu duvidar, sou imperfeito e limitado, por que conhecer é perfeição maior do que duvidar”, segundo o filósofo. Desta maneira, “não posso ser a causa de minha própria imperfeição de ser, pois se eu mesmo fosse a causa, eu me daria todas as perfeições contidas na ideia de Deus, que está em mim”. Portanto, “a causa de minha imperfeição é um ser perfeito, Deus”. Assim, Descartes conclui a prova da existência de Deus do cogito, no qual o homem tem a ideia de Deus. Este ser que é a causa de si mesmo, é perfeitíssimo. O eu do ser imperfeito remete a uma causa perfeita. O argumento ontológico pode resumir-se da seguinte forma: “considerando que dentro de mim há ideia inata de Deus, devo concluir que não fui eu que o criei, pois sou ser finito. Por outro lado, não posso deduzi-la do mundo exterior, que também é finito. Este não pode ser causa do infinito”. Descartes conclui que a ideia de Deus ou do Ser infinito, que está em nós, deve ter por causa o próprio Deus. Portanto, Deus existe. A ideia inata é como a marca que o operário imprime em sua obra. Descartes admite que é impossível pensar a Deus como ser perfeitíssimo sem pensá-lo necessariamente existente. Deus existe em virtude sua própria essência. As provas da existência de Deus, segundo Descartes, baseiam-se na ideia inata, ou ainda partem da existência do eu pensante. Como a existência de Deus marca a passagem da evidência imediata do cogito para a verdade objetiva, a partir da prova da existência de Deus prova-se a existência do mundo. Deus é a fonte criadora e o fundamento de toda a verdade.

4. Conclusão

A doutrina da Igreja sobre a existência de Deus funda-se na Revelação, todavia a simples filosofia humana é capaz de vislumbrar a Deus, bem como alguns de seus atributos. São Tomás de Aquino teve o mérito de reunir e explicitar estes conceitos sobre a existência de Deus.

Importante foi perceber que há diferenças, dessemelhanças, intercorrências, entre as provas que Descartes apresenta e as provas apresentadas por Tomás de Aquino. As provas cartesianas referem-se a Deus como onipotente, onisciente, poderoso. Ele está se utilizando de prerrogativas já denominadas na idade média; mas, para se provar que Deus existe, inova quando defendeu ser necessária a primazia intelectual (razão, pensamento) do sujeito diante do infinito. Deus é a causa de todas as coisas, inclusive de si próprio, irá defender essa ideia em todo seu pensamento.

Deus é causa das coisas todas que habitam o universo, mas, o Deus cartesiano não quer apenas ser apresentado em seus argumentos para os que exercem a fé, coloca-se como Aquele que é suporte do novo sistema da modernidade, de algo importante como a nova ciência que está a construir.

O Deus cartesiano não é apenas o causador, por excelência, do qual todas as coisas são o que são como outras provas definiam, mas, Ele é causa de tudo e causa de si próprio. E o sujeito passa a ter importância capital que não tivera noutras provas, pois esse não é somente consciente pelo fato de existir porque está pensando. Ele tem consciência de sua finitude, daí, a grande descoberta cartesiana para as provas foi apresentar a primazia intelectual do sujeito diante do infinito.

São Tomás, considerou em seu pensamento, o grande papel que a igreja (religião) teve em suas constatações e que possibilitou que pudesse exprimir de forma integral seu pensamento acerca da existência de Deus, escreveu tratados sobre tais assuntos procurando assim dar ênfase a tal assunto, buscou fazer que tal ideia se perpetuasse. Embora busquem-se constatar de forma racional, a fé tinha um lugar especial em suas teorias, ou seja Deus era provado pelas suas teorias, mas passava a existir de fato através, principalmente, da fé. Eis aí a grande e maior diferença entre esses dois filósofos.

Pela própria constituição desta pesquisa, não é possível se falar em conclusão, mas em pontos que se abrem, uma estrada que continua necessitando ser explorada em futuras pesquisas sobre a temática.

Referências

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica I*. São Paulo: Loyola, 2001. V. 1.

_____. *Suma Teológica*. Trad. Aimom- Marie Roguet *et al.* São Paulo: Loyola, 2001. v. I.

BARROS, Manuel. *Filosofia Tomista*. 2. ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1942.

DESCARTES, René. *Regras para direção do Espírito*. Lisboa: Estampa, 1977.

_____. *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural [Coleção Os Pensadores], 1973.

_____. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural [Coleção Os Pensadores], 1973.

_____. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Lisboa, 1995.

DEZZA, P. *Filosofia Síntese Tomista*. Porto. Livraria Figueirinhas. Porto. 1959.

LODI, Enzo. *Os Santos do Calendário Romano*. 2.ed. São Paulo/SP: Paulus, 2007.

MARIE, Joseph Nicolas. *Introdução À Suma Teológica*. Trad. Henrique C. de Lima Vaz *et al.* São Paulo: Loyola, 2001.

REALE, Giovanni / Dario Antiseri. *História da Filosofia*. São Paulo/SP: Paulus, 1999.

TORRELI, Jean. *Iniciação a São Tomás de Aquino*. 1.ed. São Paulo: Loyola, 1999.